

Livros

La Frontera: Forests and Ecological Conflict in Chile's Frontier Territory*

de Thomas Klubock

Desenvolvimento Verde?

Green development?

Jeffery Webber**

Voando rumo ao sul da cidade chilena de Concepción, uma magnífica floresta de pinus se estende lá embaixo, cobrindo a encosta da montanha costeira em direção às praias do Pacífico. Entretanto, como revela Thomas Klubock, em *La Frontera*, os pinos não são exatamente uma floresta, mas uma vasta plantação de coníferas norte-americanas. As pulverizações aéreas livraram-nas de insetos, fungos ou vida vegetal. As intermináveis propriedades de pinus de Monterey não têm nenhuma das variedades associadas com os ecossistemas nativos locais – sem combinação de plantas e espécies de árvores, arbustos ou trepadeiras, folhagens, animais ou pessoas. Concepción, na foz do rio Bío Bío, é a porta de entrada para a região da indústria madeireira do Chile, que se estende em direção ao sul por centenas de milhas, limitada a leste pelos Andes e pela *cordillera*¹ litorânea a oeste, ao sul da cidade de Valdivia e da região dos Grandes Lagos. A floresta é a terceira

* Duke University Press: Durham, 2014. A presente resenha também foi publicada em inglês na *New Left Review*, n. 96, em dezembro de 2015. Tradução de Jair Pinheiro.

** Doutor em Ciência Política; professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Saint Mary's, Londres, Inglaterra. End. eletrônico: j.r.webber@qmul.ac.uk

¹ As palavras em espanhol grafadas em itálicos foram mantidas como no original (N.T.).

maior fonte de divisas do país, depois da mineração e da indústria. A história de sucesso de Monterey foi alardeada como chave para o “milagre chileno”, um paradigma do desenvolvimento verde.

No século XIX essa região era conhecida como *la frontera*, situando-se além das fronteiras territoriais e administrativas do Estado chileno, quando ele conquista sua independência em 1810. Foi – e ainda é – território do povo Mapuche, que o defendeu contra os incas e os espanhóis, como reconhecido no Tratado de Qillín, em 1641. Naquela época, a floresta era de faias chilenas – decíduas *ranulí* e *robles*, os *coigües*² sempre verdes – araucárias, combinado com videiras e bambus nativos; mais ao sul, nas florestas temperadas de Valdivia, existiram antigos ciprestes gigantes, comparáveis às sequoias da Califórnia. Desde 1990, as comunidades mapuches têm promovido uma série de invasões de terras das plantações de Monterey, a maioria agora de propriedade dos maiores conglomerados financeiros chilenos, desafiando a imagem dos pinus como o motor “verde” do desenvolvimento e apontando seus efeitos destrutivos contra a ecologia local: acidificação do solo, dessecação de rios e córregos, destruição da fauna e da flora pela pulverização aérea. Os manifestantes mapuches foram brutalmente reprimidos pelo governo democrático da Concertación, que sucedeu Pinochet – seus militantes foram baleados, os líderes presos.

La Frontera, obra de Klubock, é uma magistral história social e ambiental da região, examina tanto as estratégias da classe dominante quanto a resistência dos camponeses e dos mapuche, complementando sua investigação anterior sobre os alojamentos mineiros na região central do Chile, *Contested Communities* (1998). Neste novo livro, o reflorestamento fornece o prisma através do qual através do qual se examina o longo arco da formação do Estado capitalista no Chile e a transformação das paisagens ecológicas e sociais da fronteira. Seu objetivo é uma história da mudança ambiental “de baixo para cima”. Talvez ajude a lançar luz também sobre a natureza e as ideologias das relações de classe no Chile. Como Klubock assinala, a questão de como um país conhecido pela estabilidade política de seu sistema multipartidário pôde cair no Estado de terror da ditadura de Pinochet, por 17 anos, é menos surpreendente quando visto desde sua irrequieta fronteira sul.

Apesar de os escritos de viagem e as memórias dos colonizadores cultivarem o mito da floresta virgem primitiva do Cone Sul, uma *terra nullius*, de fato, há muito tempo o território tem sido moldado pela intervenção humana. As florestas temperadas e a orla do pacífico fornecem um rico terreno para a caça, a pesca e a coleta de ervas e plantas comestíveis e medicinais. Os mapuches também cultivavam milho, abóbora, batata, quinoa e feijão, usando sistema de derrubada e queimada da floresta em pequena escala e rotação da safra, o que

retém a fertilidade do solo. Numa extensão limitada, eles também domesticaram alpacas e lhamas. O primeiro século da conquista espanhola acarretou em desastre demográfico: epidemias de doenças europeias combinadas com a guerra, argumenta Klubock, dizimaram populações indígenas do sul e da região central do Chile. Por volta do fim do século XVIII, os mapuches recuperaram e, além mesmo, começaram a prosperar pela incorporação de cavalos europeus, gado, ovelhas e colheitas variadas – trigo, aveia, cevada – em suas formas tradicionais de sustento, envolvendo a agricultura em pequena escala, a migração entre o verão e o inverno de pastagens dos animais e o comércio à distância relativamente grande de gado, poncho, sal, roupas, ferramentas e álcool. A mudança de habitat a outro permitiu aos mapuches desfrutarem de certo grau de abundância, enquanto minimizava o trabalho e o impacto sobre a terra. Como notou Klubock: “O comércio ao longo da costa, planícies e montanhas, assim como com espanhóis e, em seguida, comerciantes chilenos, combinado com a migração sazonal como estratégia para ter acesso a produtos de diferentes zonas ecológicas, produziu significativa prosperidade para a independência do povo mapuche”.

No início do século XIX, um número crescente de camponeses sem terra estiveram se estabelecendo ao sul do Bío Bío vivendo, sugere Klubock, às vezes amigavelmente, às vezes em conflito com os vizinhos mapuches. Na década de 1840, a demanda crescente por trigo na Califórnia e na Austrália, aproximadamente equidistantes do Chile, ajudou a intensificar a competição pela terra, unidos pela queima da floresta. Entretanto, a partir de 1850, o primeiro enclave espanhol em Valdivia foi expandido pela chegada de 6.000 colonos alemães, fugindo da onda contrarrevolucionária após a derrota de 1848. A partir de 1860 o Estado chileno mudou para impor seu domínio sobre *la frontera*, sua linha de fortes militares avançando em direção ao sul na chamada Pacificação da Araucanía, formalmente completada em 1883. Oficiais do exército frequentemente forjavam *fundos* (propriedades) por si mesmos à medida que chegavam. Já em 1866, entretanto, a lei declarando a propriedade estatal sobre as terras recentemente conquistadas restringiu a migração mapuche a *reducciones*, assentamentos permanente, sem direito à terra onde antes percorriam. As *reducciones* eram pequenas – em torno de 5 hectares chefe de família, enquanto os colonos tinham cerca de 40 – e não-alienáveis, governadas por um chefe de família ou *lonko*. Esta desapropriação ampliada das zonas indígenas de autogoverno ocorreu paralela à do lado argentino da *cordillera* dos Andes pelo extermínio dos mapuches da Patagônia, oficialmente comemorada como a Conquista do Deserto.

As *reducciones* serviram para encurralar os mapuches em assentamentos ao pé da *cordillera*, liberando as terras férteis do vale para os grandes proprietários. Negado o acesso a suas terras, os mapuches foram obrigados a contar apenas

com sua pecuária, a caça, a coleta, expansão da rede de comércio ou preparação do gado para cruzar os Andes – em torno de 3.000 metros nesta latitude – até os pampas argentinos. Klubock afirma que a mitologia da derrota de 1883 dos mapuches foi comparada ao triunfalismo da vitória sobre a Bolívia e o Peru entre 1879-83 na Guerra do Pacífico; os feitos heroicos dos soldados chilenos e dos mineiros, no norte, foram celebrados em poesia, monumentos, livros didáticos e canções. Ele sugere que a razão pela qual a colonização de *la frontera* não foi comemorada da mesma maneira deveu-se à sua natureza incompleta: rebeliões, protestos e invasões de terras persistiram por décadas após 1883. Confrontações violentas entre latifundiários, que reclamavam centenas de milhares de hectares, e ocupantes (posseiros) sem terra, despojaram os mapuches e colonos emergentes, eventualmente resultando uma comissão do governo que percorreu o sul em 1912. Como Klubock observa, a comissão foi tratada como um tribunal por uma corrente dos mapuches e de camponeses *mestizos* peticionários, que bombardearam os oficiais com centenas de pedidos pelo direito à terra, contra os proprietários dos *fundos*.

Klubock investiga o projeto de domesticar tanto a população quanto o ambiente de *la frontera* como um motivo propulsor no imaginário da classe dominante chilena. Durante o século XX, com variações sutis e nuançadas, as florestas nativas e artificiais das províncias do sul tiveram um lugar proeminente nos planos da elite para o desenvolvimento nacional.

Eventualmente, as plantações de pinus surgiram como uma solução tecnocrática tanto para a crise social como ecológica – uma solução que evitava a reforma agrária e mantinha as relações de propriedade existentes. O comércio florestal “civilizaria tanto o mundo social como o natural, através do manejo racional das árvores e do povo. A problemática de *La Frontera* compõe uma série de questões interligadas: como as plantações de pinus de Monterey chegou a dominar o sul do Chile e deslocou tantas comunidades indígenas e camponesas? De que maneira esta inundação de coníferas conecta a mais profunda história do capital chileno e a formação do Estado, assim como a contrarrevolução do livre mercado imposta por Pinochet? Como devemos avaliar os diferentes pesos de determinantes estruturais de longo prazo e catalizadores conjunturais de curto prazo e os conflitos violentos atuais entre conglomerados privados florestais e as comunidades mapuches?

Contra a noção generalizada de que a dominação do pinus no sul do Chile é um resultado das reformas neoliberais de Pinochet, Klubock mostra que a propagação das coníferas norte-americanas foi o resultado de programas de desenvolvimento e políticas florestais dirigidos pelo Estado datados de muito antes. A partir de 1900, autoridades agrárias e de colonização visaram “impor a

autoridade do Estado às paisagens naturais e sociais fronteiriças”. A liberação da floresta nativa para a agricultura já estava começando a produzir degradação ecológica, incluindo a seca e a erosão do solo. Um Departamento Florestal foi criado em 1910, chefiado por Federico Albert, um engenheiro florestal alemão treinado que – como seu homólogo Gifford Pinchot nos Estados Unidos – via o manejo dos recursos naturais como uma componente chave da força nacional. As coníferas foram plantadas primeiro como substitutas de rápido crescimento das árvores nativas pela Companhia Mineradora Lota, umas vinte milhas ao sul de Concepción; mas foi a Grande Depressão que assistiu a primeira tentativa concertada no comércio florestal. Com as exportações de minérios completamente paradas, após 1929, e o preço do trigo atrelado ao alimento das cidades em crescimento, a Lei florestal de 1931 do governo Ibáñez ofereceu subsídios para a plantação de coníferas e o desmatamento regulado da floresta nativa. Os novos fundos de pensão do Chile se tornaram os principais investidores. Desde o início, o poder político e os interesses capitalistas estiveram misturados: a maior companhia manufatureira de papel do país era administrada pelo filho de um ex-presidente, Jorge Alessandri, ele mesmo ocuparia o Palácio presidencial de 1958 a 1964, chegando a chefe do Conselho de Estado de Pinochet.

Durante as duas Guerras Mundiais, a interrupção do fornecimento de matérias de celulose da Escandinávia viu a produção local se expandir. Entretanto, em la frontera a infraestrutura era virtualmente inexistente: árvores foram derrubadas a machado manual, carros de boi transportavam lenha para engenho. A fase seguinte da modernização florestal foi lançada com ajuda dos EUA. Um relatório de 1946 do Serviço Florestal dos EUA instou fortemente a expansão da plantação de pinus, em oposição ao desenvolvimento das florestas nativas; financiamento da Guerra Fria do Export-Import Bank dos EUA ajudou a subsidiar viveiros de mudas, serrarias e fábricas de celulose.

Impulsionada pelos grandes proprietários, o Estado chileno e as organizações internacionais para o desenvolvimento, as plantações de pinus do sul duplicaram na década de 1960 para 250.000 hectares. Projetos de engenharia social estavam em jogo tanto quanto a expansão econômica. As autoridades acreditavam que o reflorestamento industrial “moldaria uma população de trabalhadores rurais, frequentemente rebeldes e intinerantes, como uma força de trabalho estável e disciplinada”, escreve Klubock. Eles definiam a população camponesa da fronteira como “socialmente tendente à desordem e ecologicamente destrutiva”, sua agricultura como causa de desmatamento, seca e erosão; eles visavam transformar a relação do camponês com a natureza, incorporando-os à economia do reflorestamento.

Muito do *La Frontera* é dedicado à longa história de protestos de camponeses e posseiros contra a desapropriação da terra em nome do manejo florestal moderno. Em 1934, por exemplo, camponeses do Ránquil em Lonquimay lançaram uma revolta rural após uma litania de estratégias legalistas terem se exaurido:

Um exército de centenas de trabalhadores famintos e mal-vestidos, colonos e posseiros, saqueou os armazéns (*pulperías*), pertencentes a grandes propriedades da região. Armados com revólveres, rifles e paus, atacaram também piquetes de *carabineiros* e as casas grandes dos latifundiários locais. Por mais de uma semana, os camponeses controlaram uma área significativa de Lonquimay, ajudados pela forte nevasca que fechou a zona ao mundo exterior.

Segundo Klubock, os *campesinos* no território fronteiriço viam o corte e o desmatamento como parte de “um padrão mais amplo de injustiça, enraizado na profunda desigualdade da terra e sua exclusão dos recursos oferecidos pelas florestas temperadas do sul do Chile durante as primeiras décadas de colonização.” Com cada nova plantação, cada nova regulação, indígenas e camponeses não-indígenas, enfrentavam, igualmente, mais restrições a seus usos costumeiros da floresta. Em uma linguagem rememorativa de *Making of the English Working Class*, de Thompson, Klubock descreve como *mapuches*, *ocupantes* e *campesinos* buscaram defender sua própria “economia moral” da floresta nativa, na qual o uso costumeiro permitia o acesso partilhado. Para o mapuche, tal reivindicação estava baseada no senso histórico de direito à terra, para o colono *campesino*, no conceito de “terra pública” embutido na lei chilena de colonização, para ambos, as florestas da fronteira eram concebidas como um recurso comum. Com meios de vida e maneira de ser complementares, empobrecidos os mapuches e os agricultores pobres *mestizos* ficaram, assim, marcados contra a intrusão da autoridade estatal, da lógica de acumulação de capital e dos interesses dos grandes proprietários no avanço da indústria florestal privada. O tema recorrente é o da desapropriação: a reconstrução em curso do que Marx chamou acumulação primitiva, com produtores diretos separados, frequentemente pela força ou pela fraude, dos seus meios de subsistência e transformados em trabalhadores sem propriedade. Para Klubock, a desapropriação na fronteira sul combinou tanto dimensões sociais como ecológicas. Nos anos trinta e quarenta, à medida que a expansão das coníferas empurrava os camponeses para fora de suas terras,

Eles perdiam acesso à floresta nativa e via suas safras destruídas pelos incontáveis incêndios florestais, seu gado morto e seus pequenos lotes rodeados de plantações de pinus, que drenavam as fontes e os córregos. Seu único recurso era procurar trabalho nas minas. A companhia adquiria tanto a terra para suas plantações como o trabalho para as minas de carvão. A história capta impecavelmente o

movimento dialético das mudanças ecológicas e sociais que produziu a dupla alienação da força de trabalho pela Lota: o trabalho alienado da proletarização dos camponeses mineiros e seu estranhamento da paisagem transformada coberta com as plantações de pinus.

O desapropriado do sul de *frontera* chegou muito perto de realizar seus objetivos sob a coalizão Unidade Popular, entre 1970-1973, de socialistas, comunistas e cristãos de “esquerda”, liderados por Salvador Allende. Mas também este período foi cheio de contradições. O governo Allende estava comprometido com a expropriação das terras improdutivas, que seriam reconstituídas como cooperativas camponesas, apesar das instituições existentes. Os anos sessenta e o início dos setenta testemunharam uma vaga de invasões de terra, ou *tomas*, sobretudo no sul. Klubock argumenta que os organizadores dos camponeses entendiam a incompatibilidade do compromisso expresso por Allende com a justiça agrária e a simultânea defesa da lei da reforma agrária de Eduardo Frei, sob a qual os latifundiários tinham numerosas proteções contra a expropriação. A má vontade do governo em expropriar grandes propriedades florestais, comercialmente viáveis, persuadiu muitos camponeses a tomar a questão em suas próprias mãos, e romper a lei onde necessário. Apresentar uma petição para a expropriação era “um caminho seguro para perder”, declarou a carta de um ativista camponês: “No momento em que a reforma agrária chegar aqui, os *fundos* estarão livres da floresta. Em seguida, estaremos mortos de fome, mas a riqueza terá tempo para se cuidar. Dizer-nos que temos de parar com as *tomas* é dar à riqueza a chance de extrair tudo e deixar-nos apenas as conchas”.

Refletindo a timidez institucional do governo Allende, seu plano para a *frontera*, “reduzido quase à lógica desenvolvimentista dos anos cinquenta e sessenta”, com sua ênfase na industrialização orientada à exportação através de ‘parcerias’ de investidores domésticos, estrangeiros e Estado. Apesar de tudo, Klubock sugere, muitos agricultores *campesinos* e mapuches tinham esperanças de que as mudas de pinus subsidiadas pelo governo Frei e Allende poderiam complementar suas culturas hortícolas e pecuária, especialmente no sopé da *cordillera* onde a floresta nativa não mais existia. Uma miríade de objetivos conflitantes – apoiar a necessidade de terra dos camponeses, desenvolver o emprego na indústria florestal orientada à exportação, preservar a floresta nativa da extinção e o propósito de introduzir novas plantações – coexistiam na ideologia e na execução da legislação agrária sob Allende. Entretanto, este foi um dos períodos em que um objetivo abrangente de redução da desigualdade social rural e um compromisso com a reforma agrária redistributiva estruturaram o programa de desenvolvimento do governo chileno. Isto mudaria decisivamente sob a ditadura de Pinochet; alguns dos piores massacres após 1973 ocorreu na

zona rural do sul. As plantações de pinus foi novamente expandida pelos “Chicago boys”, mas desta vez acompanhada pela brutal repressão à militância trabalhista e pelas ambiciosas políticas de privatização da floresta. Como *La Frontera* coloca:

O reflorestamento industrial não mais operou para benefício do pobre do campo. Em lugar disso, os frutos de uma indústria construída com significativos ingressos estatais desde a década de 1930, foram parar nas mãos de um pequeno grupo de conglomerados financeiros, que dominaram terras reflorestadas e expulsaram camponeses de *propriedades* por todo o sul do Chile.

Mapuches e trabalhadores sem terra do interior incharam as filas do desemprego em Santiago e nas cidades do sul. Mas se a pura coerção impôs uma paz de vencedor em *la frontera* sob Pinochet, as invasões de terra dos mapuches na década de 1990 tornou claro que eles permanecem invictos. Desde 1990, os traços neoliberais essenciais da economia chilena introduzida por Pinochet têm sido preservados sob o domínio democrático formal; em duas décadas o governo centro-esquerda da Concertación se comprometeu com uma combinação de austeridade e gestão econômica tecnocrática. No sul, eles empregaram leis antiterroristas e de segurança nacional – algumas datam dos anos 30, outras foram introduzidas sob Pinochet – para subjugar o persistente desafio mapuche. Klubock relata que “em fins da década de 1990 e inícios dos anos 2000, a maior parte do sul do Chile reflorestado se assemelhava a um território ocupado, com a presença massiva de *carabineros*, protegendo as plantações de árvores e cercando as comunidades mapuches.”

Assim como os ludistas foram vistos em seu tempo como um obstáculo antimoderno, no caminho do progresso e da razão, a resistência contemporânea dos mapuches é difundida pelos representantes do reflorestamento e pelas autoridades estatais chilenas como obstáculo retrógrada e antiquada, até mesmo ambientalmente destrutivo – eles alegam a preferência tática dos mapuches pela queima de caminhos com madeira. Na guerra de posições ideológicas, entretanto, os mapuches têm buscado cada vez mais se apropriar da linguagem do ambientalismo, vinculando-a às tradições milenares de contestação cultural. Embora o pinus de Monterey tenha a vantagem de crescimento rápido em terra desflorestada e exaurida pela agricultura, pelo fornecimento de celulose e poderia servir para retirar a pressão sobre a floresta nativa; apesar disso ele retorna poucos nutrientes ao solo. Suas agulhas são fortes retentores de água, contribuem para a dessecação e acidificação do solo, as pulverizações químicas aéreas exigidas pelas plantações primitivas aniquilam as caças selvagens e a pecuária camponesa. No início dos anos 2000, os mapuches chegaram a empreender a luta pela recuperação da sua terra como defesa da ecologia e da biodiversidade.

Em frequente solidariedade com o movimento estudantil anti-neoliberal, que irrompeu novamente em 2011. Como Bachelet iniciou seu segundo mandato na presidência, eles lembram do primeiro, 2006-2010, quando ela prendeu muitos líderes mapuches sob a acusação de terrorismo.

La Frontera é uma importante contribuição para uma crescente literatura de ecologia histórica e social. O super-ciclo de commodities, 2002-2012, impulsionado pelo crescimento da China, assistiu a um surto na produção primária na América Latina – minério, gás natural e petróleo, safras agro-industriais – com agudos debates em torno do chamado “novo extrativismo”; acompanhados pela efervescência de protestos sócio-ecológicos que, frequentemente, se defrontaram com repressão policial, mesmo sob governos da nova esquerda da onda vermelha. Esta dinâmica tem sido objeto e uma boa quantidade de pesquisas científicas, entretanto, tem havido um estranho caráter ahistórico na maior parte das investigações recentes. No conjunto, os estudiosos tendem a voltar o olhar apenas até a reestruturação neoliberal das décadas de 1980 e 1990; por vezes, toda a discussão sobre o extrativismo fica restrita ao século XXI. Klubock oferece um importante corretivo para esse paroquialismo temporal, com sua atenção cuidadosa à mudança social e às relações ambientais desde a “pacificação” da década de 1880. Seu livro é o resultado de doze anos de pesquisa, nos quais uma meticulosa exploração de relatórios oficiais, arquivos ministeriais, de governos regionais e os registros de causas jurídicas indígenas foi combinada com numerosas entrevistas de trabalhadores comuns na indústria reflorestal, sindicalistas, *campesinos* e magnatas do setor, assim como as negligenciadas petições e cartas de trabalhadores, camponeses desapropriados e ativistas mapuches.

Klubock alinha as lutas deles com aquelas descritas por Thompson em *Whigs and Hunters* (1975) – em particular, as dos caçadores ingleses do século XVIII, conhecidos como “os negros”, que incendiavam celeiros e palheiros em protestos contra o cercamento das florestas comuns – e por Peter Sahlins, em *Forest Rites* (1994), o estudo clássico dos protestos dos camponeses, da década de 1830, em Ariège. “Embora a apropriação de pequenos lotes de agricultores *campesinos* durante a expansão da economia florestal no Chile tenha sido moldada por particularidades da histórica social e ambiental chilena”, ele observa, “é possível ver este processo como parte de uma história global mais ampla, que começou com o processo de cercamento que emergiu com as primeiras leis florestais e o desenvolvimento de práticas modernas de reflorestamento na Europa e suas colônias e, em seguida, irradiada para outras partes com a expansão do capitalismo”. É fácil demais? Os principais indicadores que ele identifica nas florestas do Cone Sul – conquista colonial externa, ajuda dos EUA, neoliberalismo apoiado por Chicago – estão longe de ser evidentes na Inglaterra georgiana ou na

França orleanista. Em lugar disso, uma comparação sustentável com outras lutas indígenas – na América Latina, África, Índia ou no sudeste da Ásia – poderia ter ajudado uma definição mais apurada das forças em conflito. Outra vez, embora Klubock associe uma abordagem histórico-social do desenvolvimento capitalista com uma sensibilidade para a simultânea produção de paisagens e ecologias, ele não teoriza suas interrelações. Não há análise crítica do que Jason Moore chamou “capitalocene”, a era definida pelo capitalismo entendido como uma ecologia-mundo, no qual a produção da natureza, a acumulação de capital e o exercício do poder devem ser entendidos em unidade dialética. Klubock não cita Moore e o uso que faz da teoria tem um toque mais claro, mas a interrogação detalhada de forma judiciosa de *La Frontera* de um século de reflorestamento no sul do Chile complementa e enriquece a visão panorâmica de Moore, de extensão histórico-mundial.